

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A SUA CIDADE

R\$ 5,00

Tribuna Liberal

04 de Outubro de 2026

Nº 9.875

35 anos

SUMARÉ [CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO] HORTOLÂNDIA NOVA ODESSA MONTE MOR ELIAS FAUSTO PAULÍNIA CAMPINAS AMERICANA

Eleitores da região votam hoje de olho na saúde e segurança pública

Moradores de Sumaré, Hortolândia, Paulínia, Nova Odessa, Monte Mor e Americana escolhem presidente, governador, senadores e deputados estadual e federal, com saúde, emprego, segurança e custo de vida entre as principais cobranças e pontos de atenção

ÁREA DE COBERTURA

Primeiro turno terá 729,8 mil eleitores nas seis cidades

Um total de 729.847 eleitores de Americana, Sumaré, Hortolândia, Paulínia, Nova Odessa e Monte Mor está apto a ir às urnas neste domingo (4), no primeiro turno das Eleições 2026. Ao longo do dia, moradores das seis cidades escolherão seus representantes. O maior eleitorado entre os municípios da região está em Sumaré, com 199.745 pessoas aptas ao voto.

PÁGINA 04

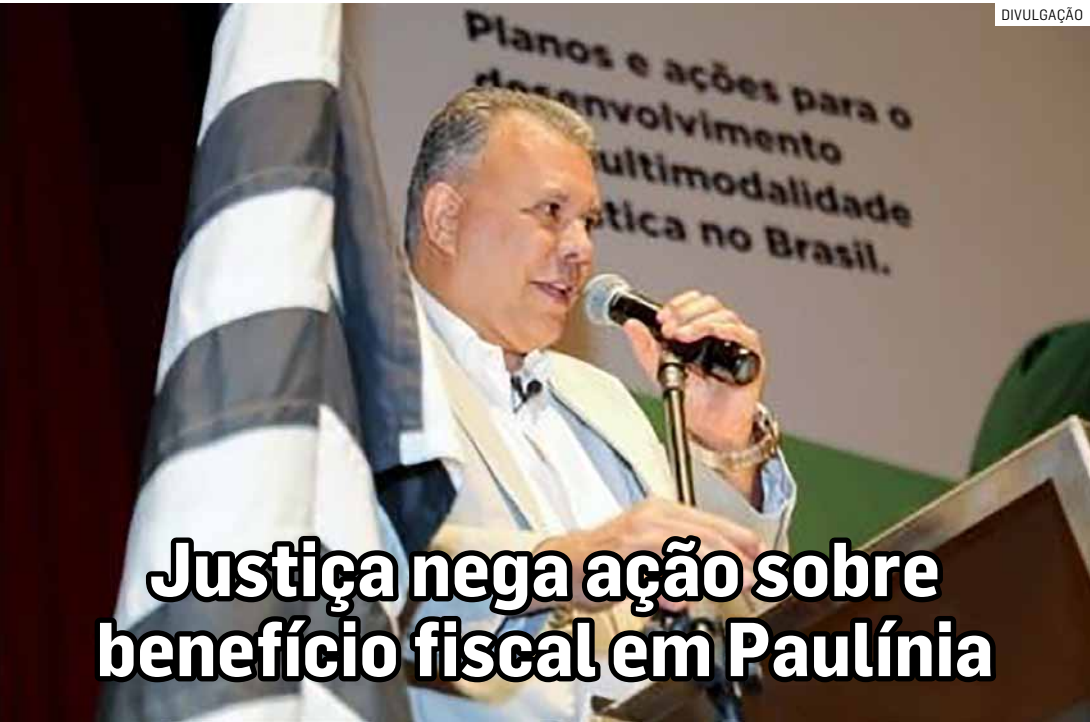


Eleitores de Sumaré e região vão às urnas demonstrar suas preferências para governar o Estado e o Brasil

As urnas voltam a concentrar as atenções da região neste domingo (4), quando eleitores participam do primeiro turno das Eleições 2026. A votação definirá deputados estaduais e federais, dois senadores e poderá decidir também as disputas para governador e presidente. Nas cidades da região, porém, a expectativa vai além do resultado eleitoral. Moradores ouvidos pela reportagem cobram melhorias em áreas que afetam diretamente a rotina das famílias. Saúde, segurança, educação, emprego e custo de vida aparecem entre os temas mais citados. A votação será realizada das 8h às 17h.

PÁGINA 09

EMPRESA CONTEMPLADA



DIVULGAÇÃO

A Justiça julgou improcedente uma ação civil pública movida pela Prefeitura de Paulínia contra a empresa Nova Fase Instalações de Gás Ltda., o ex-prefeito Dixon Ronan Carvalho e o ex-secretário municipal de Desenvolvimento Econômico Rui Rabelo. O município buscava o ressarcimento de valores relacionados a benefícios fiscais concedidos à empresa entre junho de 2018 e agosto de 2020. A sentença é da juíza Patrícia Ribeiro Bacciotti Parisi, da 2ª Vara de Paulínia.

PÁGINA 07

ÔNIBUS ELÉTRICOS



DIVULGAÇÃO

As obras de implantação do Eletroterminal de Hortolândia chegaram a aproximadamente 30% de execução, segundo a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana. A estrutura está sendo construída no Parque dos Pinheiros e será responsável pelo abastecimento e apoio à operação dos futuros ônibus elétricos do transporte coletivo municipal. O investimento previsto é de cerca de R\$ 30 milhões, com conclusão estimada para fevereiro de 2027.

PÁGINA 05

CLIMA

Uma das mais afetadas por chuvas, Monte Mor debate El Niño e eventos extremos

PÁGINA 06

NORMA

Sumaré cria programa para ampliação do acolhimento de idosos vulneráveis

PÁGINA 08

APROVAÇÃO

TCE-SP emite parecer favorável às contas de 2024 de Sardelli

PÁG. 09

TEMOS VAGAS! DE EMPREGO

Buscando novas oportunidades? Confira na **página 04** mais de **vinte vagas** em aberto!

GRUPO A EXECUTIVA DESDE 1974

CHARGE



Sumaré prevê R\$ 75,4 milhões para novo parque tecnológico municipal

Pregão destaca registro de preços para computadores, notebooks, tablets, monitores e outros equipamentos destinados à modernização tecnológica, principalmente das atividades administrativas e pedagógicas da Secretaria de Educação

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Sumaré abriu uma licitação estimada em R\$ 75,4 milhões para aquisição de equipamentos de informática e acessórios destinados à modernização e ampliação do parque tecnológico municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

O Pregão Eletrônico nº 49/2026 será realizado por meio de registro de preços e terá julgamento pelo menor preço por item. A abertura está prevista para 8 de outubro, às 9h. Dados da contratação publicados em bases que reproduzem informações do Portal Nacional de Contratações Públicas apontam valor estimado de R\$ 75.412.293,52.

A licitação tem origem em processo iniciado pela Secretaria de Educação para aquisição de equipamentos voltados à modernização do parque tecnológico. Em março, o município já havia publicado comunicado de intenção de registro de preços para



Aquisições relacionadas à ata não significa que toda a quantia será utilizada pela Prefeitura de Sumaré

a futura contratação, indicando que a Secretaria de Educação atuaria como órgão gerenciador da ata.

O edital atual reúne 12 grupos de equipamentos. Entre eles estão computadores portáteis destinados ao Ensino Fundamen-

tal, notebooks, mini-desktops, tablets educacionais, tablets com caneta digital, gabinetes para armazenamento e recarga de notebooks, monitores e conjuntos de teclado e mouse.

As quantidades previstas mostram a dimensão do re-

gistro de preços. O edital relaciona, entre outros itens, 1.008 computadores portáteis para o Fundamental I, 1.083 para o Fundamental II, 2.564 notebooks, 1.857 mini-desktops e 1.952 tablets educacionais. Também estão previstos 650 ta-

blets com caneta digital.

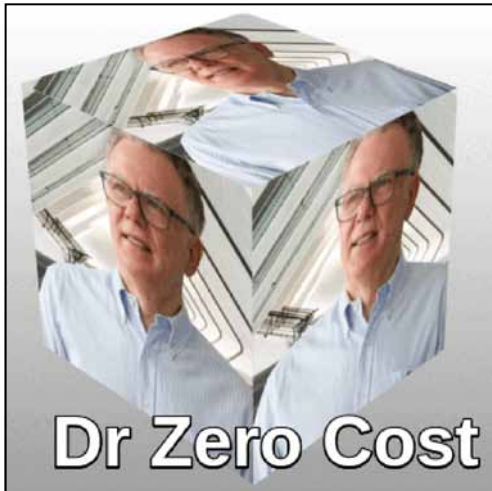
Outro item prevê 533 gabinetes capazes de armazenar e carregar simultaneamente até 30 notebooks. A lista inclui ainda 1.501 monitores padrão, 1.415 monitores com recursos multimídia, 60 mo-

nitores 4K para aplicações técnicas e 1.691 conjuntos de teclado e mouse.

Há ainda previsão de 68 notebooks de maior desempenho destinados a aplicações de engenharia, modelagem 3D, processamento gráfico e outras atividades técnicas. Os equipamentos deverão ter, entre outras características, memória de pelo menos 32 GB e armazenamento mínimo de 1 TB em SSD.

Segundo a documentação da contratação, a compra de computadores busca atender necessidades administrativas e pedagógicas da Rede Municipal de Ensino, modernizando a infraestrutura tecnológica e ampliando o suporte às atividades educacionais.

Por se tratar de registro de preços, o valor estimado representa o limite previsto para as aquisições relacionadas à ata e não significa, necessariamente, que toda a quantia será gasta de uma única vez. As compras poderão ocorrer conforme a demanda e as condições estabelecidas no edital.



Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Da porteira para fora (489) Ostracismo

Na Atenas do século V a.C., quando os cidadãos queriam se livrar de alguém que julgavam perigoso demais para a democracia — não por ter cometido um crime, mas por acumular poder ou popularidade excessivos —, eles não processavam, não prendiam, não condenavam. Eles votavam. Outros tempos.

Uma vez por ano, a Assembleia podia decidir se haveria ou não essa votação especial. Se a resposta fosse sim, cada cidadão escrevia um nome num caco de cerâmica quebrada — o *óstrakon*, material barato e abundante na Atenas antiga, já que vasos e potes se espatifavam o tempo todo na vida cotidiana.

Daí vem a palavra que dá título a esta coluna: ostracismo.

E aqui vai uma curiosidade que eu mesmo só descobri escrevendo este texto: *óstrakon* era, na origem, um termo bem mais amplo. Servia para designar algo duro, como casca, concha, casco ou caco. Dessa mesma raiz nasceu *óstreon* — a ostra.

Ou seja: “ostra” e “ostracismo” não vêm uma da outra, mas são primas, filhas de uma mesma raiz grega relacionada a algo duro por fora. Não é de todo absurdo, portanto, imaginar um grego escrevendo um nome num pedaço de concha — embora, na prática, fosse mesmo

o caco de cerâmica que fazia o trabalho.

A tradição registra a exigência de cerca de seis mil votos para que o procedimento produzisse efeito. O escolhido tinha dez anos para deixar a cidade. Não perdia os bens nem a cidadania — perdia apenas o direito de permanecer por perto enquanto sua presença política fosse considerada perigosa.

Era, no fundo, uma eleição ao contrário: em vez de escolher quem deveria mandar, os atenienses escolhiam quem não deveria ficar. Que tal?

E havia outra peculiaridade interessante: muitos cargos públicos atenienses nem sequer eram preenchidos por eleição, mas por sorteio. O voto ficava reservado a determinadas funções, como a dos generais. A lógica também merece reflexão: os gregos desconfiavam de quem queria demais o poder.

Esses gregos! Quanta ingenuidade! De lá para cá, a humanidade inventou formas bastante diferentes de decidir quem manda. E basta olhar para a história para perceber que o voto secreto e o sufrágio universal, que hoje parecem naturais, são conquistas relativamente recentes.

No Vaticano, por exemplo, os cardeais ainda escolhem o Papa reunidos na Capela Sistina, isolados do mundo exterior.

E o resultado continua sendo anunciado por um método que dispensa aplicativo, rede social e coletiva de imprensa: fumaça preta, continua a espera; fumaça branca, *habemus Papam*.

Em Liechtenstein, por sua vez, os cidadãos votam normalmente, mas o príncipe ainda conserva poderes políticos efetivos, algo pouco comum entre as monarquias europeias contemporâneas.

E o Brasil, é claro, tem a sua própria galeria de episódios que parecem ficção.

Em 1932, no Governo Provisório de Getúlio Vargas, o primeiro Código Eleitoral brasileiro passou a proibir a prisão de eleitores nos cinco dias anteriores à votação, salvo flagrante. A medida fazia sentido num país ainda marcado pelo coronelismo, pela coação política e pelo uso da autoridade local para interferir nas eleições. A regra atravessou o tempo: o Código Eleitoral vigente, de 1965, mantém proteção semelhante e impede, com algumas exceções, que o eleitor seja preso desde cinco dias antes até 48 horas depois do pleito. Quase um século depois, permanece na lei uma espécie de fóssil jurídico de um Brasil em que garantir o direito de votar significava também impedir que alguém mandasse prender o eleitor antes que ele chegasse à urna.

Em 1959, São Paulo elegeu — ou quase — um rinoceronte. Escutei essa história diversas vezes de meu pai. Cacareco, estrela do zoológico municipal, recebeu cerca de 100 mil votos para vereador, praticamente o mesmo volume alcançado pelo partido mais votado da cidade. Os votos foram anulados pela Justiça Eleitoral, naturalmente, mas o nome do animal entrou para o folclore político nacional. Durante muito tempo, “voto Cacareco” foi sinônimo de voto de protesto.

Em 1988, foi a vez do Rio de Janeiro. O macaco Tião, chimpanzé do zoológico carioca famoso por jogar lama — e outras coisas menos nobres — nos visitantes, inclusive políticos, recebeu centenas de milhares de votos para prefeito. Também foram anulados, evidentemente. Mesmo assim, Tião entrou para o folclore eleitoral brasileiro e ganhou

fama internacional. Quando morreu, em 1996, o então prefeito do Rio decretou luto oficial.

Já entre os humanos, o recorde histórico de votos para deputado federal pertence a Enéas Carneiro, que em 2002, embalado pelo inesquecível “Meu nome é Enéas!”, recebeu mais de 1,6 milhão de votos em São Paulo. Décadas depois, pequenos trechos de suas entrevistas e discursos continuam reaparecendo nas redes sociais e provocando discussão.

Em 2010, o palhaço Tiririca chegou perto: recebeu mais de 1,3 milhão de votos com uma campanha marcada pelo slogan “Pior do que tá não fica”. E, ao contrário de Cacareco e Tião, o voto nele valia de verdade.

Tiririca foi eleito e, posteriormente, reeleito.

Cacareco e Tião mostram a força do voto de protesto, ainda que seus votos não tivessem validade jurídica. Enéas e Tiririca mostram que, em determinadas circunstâncias, o protesto deixa de ser apenas manifestação e se transforma em representação política efetiva — para o bem ou para o mal, a depender de quem julga.

Da Atenas dos cacos de cerâmica às urnas eletrônicas de hoje, uma coisa permanece: uma eleição é uma das maneiras pelas quais uma comunidade decide quem deve representá-la — e, por consequência, quem fica e quem sai.

Lembremos a crônica que Machado publicou na *Gazeta de Notícias* nos anos 1890, nos primeiros tempos da República. Era um período de participação eleitoral baixíssima, eleições marcadas por fraude e controle dos chefes locais, e um eleitorado restrito. Machado observava tudo isso com ceticismo e humor seco, sem panfleto. Ali cunhou a frase “A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor; a abstenção é propósito.” Machado de Assis.

Hoje, 4 de outubro, data em que esta edição chega às suas mãos, é novamente dia de fazer essa escolha nas urnas.

Que seja com informação — e não com o caco de cerâmica mais próximo — na mão.

ELEIÇÕES 2026

Região tem primeiro turno com mais de 729 mil eleitores neste domingo

Americana, Sumaré, Hortolândia, Paulínia, Nova Odessa e Monte Mor somam 729.847 pessoas aptas a participar do primeiro turno, de acordo com Tribunal Superior Eleitoral; Sumaré registra o principal eleitorado entre as seis cidades

Paulo Medina • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Um total de 729.847 eleitores de Americana, Sumaré, Hortolândia, Paulínia, Nova Odessa e Monte Mor está apto a ir às urnas neste domingo (4), no primeiro turno das Eleições 2026. Ao longo do dia, moradores das seis cidades escolherão seus representantes para deputado estadual, deputado federal, senador, governador e presidente da República.

O maior eleitorado entre os municípios da região está em Sumaré, com 199.745 pessoas aptas a votar. Na sequência aparece Americana, com 180.962 eleitores, seguida por Hortolândia, que possui 164.236. Os números integram o cadastro eleitoral utilizado pela Justiça Eleitoral para o pleito deste ano.

Paulínia chega à eleição deste domingo com 90.085 eleitores aptos, enquanto Nova Odessa possui 47.455 e Monte Mor, 47.364. Somados, os seis municípios alcançam 729.847 pessoas em condições de participar da escolha dos representantes pelos próximos quatro anos.



Sumaré concentra aproximadamente 27,4% de todo o eleitorado regional

Neste domingo, cada eleitor fará seis escolhas. A ordem de votação começa por deputado federal, seguida de deputado estadual, senador primeira vaga, senador segunda vaga, governador e presidente da República. Em 2026, mais de 158,7 milhões de brasi-

leiros estão aptos a votar em todo o país.

Entre as seis cidades da região, Sumaré concentra aproximadamente 27,4% de todo o eleitorado considerado neste levantamento. Americana responde por cerca de 24,8%, enquanto Hortolân-

dia representa aproximadamente 22,5%. Juntas, as três maiores cidades concentram quase três quartos dos eleitores da região.

Paulínia responde por pouco mais de 12% do eleitorado regional. Nova Odessa e Monte Mor têm números bastante pró-

ximos, ambas com pouco mais de 47 mil pessoas aptas a participar do primeiro turno.

A eleição também marca mudanças no tamanho do eleitorado de algumas cidades em relação ao último pleito geral. Sumaré passou de 198.403 eleitores

ELEITORADO DA REGIÃO	
Sumaré:	199.745
Americana:	180.962
Hortolândia:	164.236
Paulínia:	90.085
Nova Odessa:	47.455
Monte Mor:	47.364
TOTAL:	729.847 ELEITORES

em 2022 para 199.745 neste ano. Americana cresceu de 180.219 para 180.962, enquanto Paulínia teve uma ampliação mais acentuada, saindo de 84.252 para 90.085 eleitores.

Hortolândia passou de 165.269 eleitores em 2022 para 164.236 neste ano. Nova Odessa também apresentou redução, de 47.897 para 47.455 pessoas aptas a votar.

Ao fim deste domingo, os votos dos mais de 729 mil eleitores aptos da região passarão a integrar uma decisão nacional que definirá a composição dos Legislativos estadual e federal e os nomes que comandarão os Executivos paulista e federal.



TEMOS
VAGAS!
DE EMPREGO



GRUPO
A EXECUTIVA
DESDE 1974



AJUDANTE DE PRODUÇÃO (12 VAGAS)
Ensino Fundamental. Não exigimos experiência. Contratamos carteira branca. Residir em Sumaré, Nova Odessa ou Americana.

AJUDANTE DE EMBALAGEM

AJUDANTE DE EXPEDIÇÃO

AJUDANTE DE HIGIENIZAÇÃO

AJUDANTE DE MOTORISTA

AJUDANTE DE PRODUÇÃO

AJUDANTE GERAL (PCD)

ASSISTENTE DE COMPRAS

ATENDENTE DE LOJA

AUXILIAR DE ESTOQUE

AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO

AUXILIAR DE LIMPEZA

AUX. DE SERVIÇOS GERAIS

BALCONISTA DE PADARIA

CONFERENTE

CONSULTOR(A) DE VENDAS

ENC. DE DEPÓSITO

ESTOQUISTA

OP. DE MÁQUINAS TÊXTIL

REPOSITOR

SEPARADOR

TECELÃO DE FITAS

VENDEDOR(A) DE LOJA

Envie currículo para: vagas@aexecutiva.com.br
ou acesse nosso site www.aexecutiva.com.br

NOSSAS SOLUÇÕES



- Trabalho Temporário
- Terceirização de Serviços
- Recursos Humanos





Matriz
Rua 1º de Janeiro, 306 ° Centro - Nova Odessa/SP



(19) 3476.8620

INCENTIVO

Nova Odessa abre inscrições para Encontro de Autores de Literatura Infantojuvenil



SEU
FUTURO
MERECE

qualidade de vida.

No Grupo Aposerv,
cuidamos com clareza e
compromisso, dos seus
direitos previdenciários
administrativamente.

GRUPO
APOSERV
Serviços Previdenciários



(19) 3466.3453



Av. Dr. Eddy de Freitas
Crisiuma, 865 - Bela Vista
Nova Odessa - SP



@grupoaposerv



(19) 3406.5983



R. Sete de Setembro, 285
Centro - Americana - SP



www.aposerv.com.br

Da Redação • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Com o objetivo de homenagear e incentivar os talentos locais, a Prefeitura de Nova Odessa realizará uma exposição de escritores do município durante o “Educa Nova Odessa”, voltado aos professores da rede municipal de ensino. O Encontro de Autores de Literatura Infantojuvenil, intitulado “Semeando Conhecimento, Colhendo um Mundo Melhor”, acontecerá no dia 14 de outubro, no Instituto de Zootecnia (IZ).

Para participar, os autores interessados deverão se inscrever até esta segunda-feira (5). Cada autor poderá expor os materiais em local definido pela organização, inclusive com autorização para vender suas obras aos professores presentes na entrada, no coffee break e ao final do evento.

A ação é aberta a autores que escrevem para crianças e jovens. Para expor a obra, o candidato deve atender aos seguintes critérios: ter material publicado no gênero de Literatura Infantojuvenil e ter vínculo com a cidade (residir em Nova Odessa, com comprovação de residência ou ser servidor público municipal).

Mais informações pelo telefone/WhatsApp: (19) 97164-5469.



A AEAS trabalhando com os pilares da



EDUCAÇÃO



TECNOLOGIA



E INOVAÇÃO

PARA TRANSFORMAR
NOSSA CIDADE E CONSTRUIR
UM FUTURO MELHOR



MUTUA



CONFEA



CREA-SP



AEAS
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS
E ARQUITETOS DE SUMARÉ
desde 1982



Eleetroterminal de Hortolândia chega a 30% das obras realizadas na cidade

Estrutura no Parque dos Pinheiros será base da operação dos futuros ônibus elétricos, terá 12 carregadores de alta capacidade na primeira etapa e deve ficar pronta em fevereiro de 2027, segundo informações do governo municipal

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

As obras de implantação do Eleetroterminal de Hortolândia chegaram a aproximadamente 30% de execução, segundo a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana. A estrutura está sendo construída no Parque dos Pinheiros e será responsável pelo abastecimento e apoio à operação dos futuros ônibus elétricos do transporte coletivo municipal.

O projeto integra o processo de modernização do sistema de transporte da cidade e é desenvolvido em parceria entre a Prefeitura de Hortolândia e o Governo Federal. O investimento previsto é de cerca de R\$ 30 milhões, com conclusão estimada para fevereiro de 2027.

O antigo terminal da Avenida Olívio Franceschini passa por uma transformação para receber a nova estrutura. Entre os serviços previstos estão o rebaixamento de guias para facilitar o embarque e desembarque, reforma das cal-



Obras do Eleetroterminal avançam no Parque dos Pinheiros e chegam a 30% de execução

çadas, revitalização da fachada, implantação de área de descanso e refeição para motoristas e instalação de cabine de segurança.

A nova cabine terá câmeras inteligentes integradas à Central de Monitoramento da Prefeitura. Na primeira fase do projeto, serão instala-

dos 12 carregadores de alta capacidade para atender os ônibus elétricos.

Segundo a administração municipal, o espaço foi planejado para permitir a ampliação da infraestrutura no futuro. A proposta é instalar novos pontos de recarga conforme a cidade aumen-

te a quantidade de veículos elétricos em circulação.

O prefeito Zezé Gomes (Republicanos) afirmou que a Prefeitura também estuda mudanças na operação do transporte coletivo com a chegada da nova frota. Entre as possibilidades analisadas estão a criação de ro-

tas gratuitas e a ampliação do número de linhas.

“Já estamos estudando algumas rotas gratuitas para o transporte coletivo com os ônibus elétricos. Nosso objetivo é oferecer esse serviço importantíssimo, melhorando consideravelmente a qualidade do

transporte público em nossa cidade”, afirmou.

Zezé também destacou que o terminal foi pensado para acompanhar uma futura expansão da frota. “Teremos a possibilidade de aumentar a área de instalação de carregadores caso o município, no futuro, obtenha novos veículos elétricos. Também estamos planejando o aumento das linhas de ônibus após o início da operação”, disse.

Os ônibus elétricos previstos para operar no município terão ar-condicionado, Wi-Fi, carregadores USB, sistema interno de câmeras, acessibilidade para pessoas com deficiência e assentos preferenciais. Cada veículo terá capacidade para transportar 36 passageiros sentados.

Por funcionarem exclusivamente com energia elétrica, os veículos não emitem gás carbônico durante a operação. A Prefeitura aposta na mudança para reduzir a emissão de poluentes e ampliar o uso de tecnologias mais sustentáveis no transporte público.



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica, formada pela UNICAMP, com especialização em Nutrição Esportiva e Obesidade pela USP. Atua com foco em emagrecimento, performance esportiva e qualidade de vida, sempre com base científica e estratégias individualizadas. Em sua prática e em seus textos, defende uma nutrição consciente, sustentável e aplicável à vida real. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Antes de falar sobre escolhas alimentares, precisamos falar sobre a possibilidade de escolher

É muito comum tratarmos alimentação saudável como uma sequência de decisões individuais. Comer mais frutas e verduras, diminuir o consumo de ultraprocessados, cozinhar mais, organizar as refeições, beber água, praticar atividade física. Tudo isso importa. Mas existe uma parte dessa conversa que não pode ser ignorada: para fazer boas escolhas, primeiro é preciso ter condições de escolher.

É aí que entra o conceito de segurança alimentar. E ele vai muito além de não passar fome. No Brasil, segurança alimentar e nutricional é definida como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Ou seja, não basta que exista comida. É preciso que ela esteja dis-

ponível de forma adequada, contínua e compatível com uma vida digna.

Os dados mais recentes do IBGE mostram que, em 2024, 75,8% dos domicílios brasileiros estavam em situação de segurança alimentar. Isso também significa que 24,2% apresentavam algum grau de insegurança alimentar e 3,2% estavam em insegurança alimentar grave. Foram cerca de 2,5 milhões de domicílios em que a restrição quantitativa de alimentos atingiu também crianças e adolescentes.

Mas os números mostram apenas uma parte do problema. Existe uma outra dimensão, menos fácil de medir, que aparece todos os dias na vida real. Uma pessoa pode saber perfeitamente o que seria uma alimentação mais adequada e, ainda assim, não conseguir colocá-la em prática.

Pode faltar dinheiro para comprar determinados alimentos. Pode não haver um mercado com boas opções perto de casa. Pode faltar geladeira, fogão ou espaço adequado para armazenar e preparar comida. Pode existir uma jornada extensa de trabalho, horas gastas no transporte e pouco tempo disponível para cozinhar. E pode faltar também informação confiável ou acesso a profissionais de saúde que consigam transformar recomendações gerais em orientações realmente possíveis para aquela realidade.

Até algumas recomendações que parecem simples carregam exigências que nem sempre percebemos. Quando dizemos para alguém “se organizar melhor”, por exemplo, isso pressupõe tempo. Comprar alimentos em maior quantidade pode exigir dinheiro disponível naquele momento e condições para armazená-los. Preparar refeições com antecedência depende de estrutura e, novamente, de tempo. Praticar atividade física com regularidade também pode depender de segurança no bairro, horários possíveis, acesso a espaços adequados e até de alguém que possa cuidar dos filhos enquanto aquela pessoa se exercita.

Reconhecer tudo isso não significa retirar das pessoas a responsabilidade sobre a própria saúde. Significa apenas entender que comportamento individual não acontece no vazio. Cada escolha é feita dentro de uma realidade, com recursos, limitações e possibilidades diferentes.

Por isso, informação é necessária, mas informação sozinha não resolve tudo. Como nutricionista, eu posso ensinar alguém a montar uma refeição equilibrada,

explicar a importância das proteínas, das fibras, dos vegetais, da hidratação e da prática de atividade física. Posso ajudar a construir uma estratégia que faça sentido para determinada rotina. Mas existe um limite para aquilo que uma orientação individual consegue resolver quando as condições básicas para executá-la não estão disponíveis.

É justamente nesse ponto que alimentação e saúde deixam de ser apenas assuntos individuais e passam também pelo coletivo. Segurança alimentar envolve produção, abastecimento, renda, acesso aos alimentos, educação, assistência em saúde e condições sociais que permitam às pessoas exercerem suas escolhas. A própria legislação brasileira reconhece que o direito à alimentação adequada envolve dimensões econômicas, sociais, culturais e regionais.

Em uma semana em que o país volta a discutir seus caminhos por meio das eleições, talvez seja uma boa oportunidade para lembrar disso sem transformar alimentação em disputa partidária. Falar sobre acesso à saúde e à alimentação não deveria ser entendido como defesa de um lado ou de outro. É falar sobre condições básicas para que as pessoas possam cuidar de si mesmas e de suas famílias.

Saúde não começa somente no consultório. E alimentação adequada não depende apenas de saber o que comer.

Comer bem envolve escolhas, claro. Mas escolha só existe de verdade quando existe acesso, informação, tempo, dinheiro e condições para colocá-la em prática.

BOA PROSA

Comunicação

Produção de Conteúdo

Assessoria de Imprensa

 (19) 97110-5606



A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP - FUNCAMP torna pública a abertura de inscrições para o processo seletivo:

Edital 114/2026

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Para visualizar o edital, acesse:

www.funcamp.unicamp.br

Assine o Newsletter Grátis e receba e-mails sobre os editais de seu interesse.

PREVENÇÃO

Uma das mais afetadas por chuvas, Monte Mor debate El Niño e eventos extremos

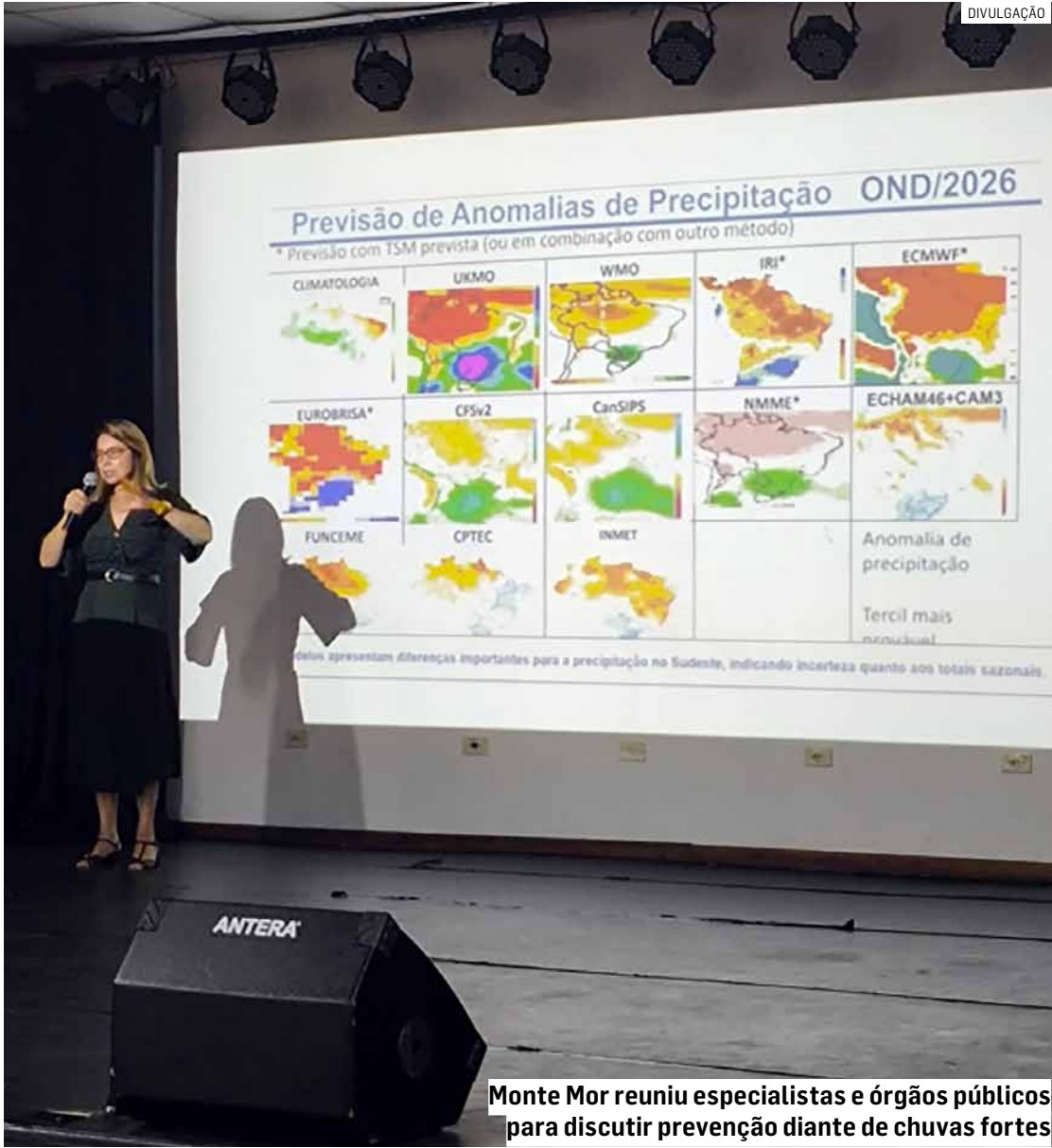
Município reuniu Defesa Civil, Unicamp, CPFL e secretarias para discutir riscos do El Niño entre 2026 e 2027, áreas vulneráveis, chuvas intensas e medidas de prevenção e resposta diante de novos eventos climáticos extremos verificados

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Marcada nos últimos anos por episódios de alagamentos e impactos provocados por chuvas fortes, Monte Mor reuniu nesta semana especialistas e representantes de diferentes setores para discutir como o município pode se preparar para novos eventos climáticos extremos. O encontro teve como foco o El Niño 2026/2027 e os possíveis reflexos do fenômeno sobre a região.

Realizada no Centro Cultural Joazeirão, a programação reuniu a Defesa Civil, especialistas da Unicamp, representantes da CPFL Paulista e diferentes secretarias municipais. O objetivo foi alinhar ações de prevenção, monitoramento e resposta diante de situações como chuvas intensas, tempestades e períodos de calor.

A iniciativa também faz parte das medidas apresentadas pela Prefeitura de Monte Mor ao Gaema (Gru-



Monte Mor reuniu especialistas e órgãos públicos para discutir prevenção diante de chuvas fortes

po de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente), do Ministério Público, após questionamentos sobre as providências adotadas pelo município diante das perspectivas climáticas relacionadas ao El Niño.

Durante o encontro, a Defesa Civil apresentou informações sobre as áreas de risco existentes em Monte Mor, os mecanismos de monitoramento utilizados pelo município e o Plano Municipal de Continuidade da Operação Chuvas de Verão.

Um dos principais pontos da programação foi a participação da professora doutora Ana Ávila, do Cepagri (Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura), da Unicamp. A especialista abordou o cenário atual do El Niño, sua possível evolução e as perspectivas para os próximos meses.

A apresentação também tratou dos efeitos que fenômenos climáticos podem provocar na região, especialmente em períodos de chuvas mais intensas, tempestades e ondas de calor. O debate destacou a importância de acompanhar previsões meteorológicas e antecipar medidas para reduzir riscos à população.

A CPFL Paulista apresentou seus planos de continuidade para situações de eventos climáticos severos, incluindo ações de prevenção, resposta e restabelecimento dos serviços após ocorrências que possam comprometer o fornecimento de energia.

As secretarias municipais de Meio Ambiente e Agricultura e de Planejamento e Obras também participaram da programação, com informações sobre mapeamento de áreas vulneráveis, ações preventivas e projetos de desassoreamento.

A Secretaria de Desenvolvimento Social apresentou as estratégias previstas para proteção e atendimento de famílias em situações de emergência, especialmente nos casos em que moradores precisam deixar suas casas devido a enchentes, alagamentos ou outros riscos.

A discussão ocorre em um município que convive com pontos historicamente vulneráveis a períodos de chuva intensa. Por isso, a proposta da Prefeitura é ampliar a integração entre os órgãos envolvidos e antecipar decisões antes do período de maior risco climático.

Segundo a administração, a reunião também buscou aproximar conhecimento técnico e planejamento municipal, permitindo que informações meteorológicas sejam incorporadas às ações da Defesa Civil e das demais áreas responsáveis pela resposta a emergências.

Com o encontro, Monte Mor busca reforçar sua capacidade de monitoramento e preparação para a temporada de chuvas, com atenção especial às regiões mais suscetíveis a alagamentos e aos serviços públicos que precisam permanecer ativos durante episódios climáticos severos.

NOVO CAGED

Hortolândia registra saldo de 558 empregos formais em agosto

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

As políticas públicas da Prefeitura de Hortolândia continuam a impactar de forma positiva o mercado de trabalho local. O resultado é maior geração de emprego e renda para a população. O fato é atestado com o saldo de 588 empregos formais que Hortolândia registrou em agosto, o melhor resultado do município neste ano. O saldo é a diferença entre o número

de admissões, 2.999, e de desligamentos, 2.441. Os dados estão no relatório mensal do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgado nesta semana.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação, o saldo foi o melhor para um mês de agosto na série histórica do Caged iniciada em 2020. O saldo de agosto deste ano foi ainda o segundo melhor em toda a série histórica do

município, ficando atrás do resultado de fevereiro de 2025, que foi 561.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação, Gerson Ferreira, é a consistência do saldo acumulado, em razão do município ter registrado saldos positivos nos meses anteriores deste ano.

Outro número positivo é o estoque de empregos formais, que subiu de 56.330 em julho para 56.888 em agosto, crescimento de

1,0% de um mês para outro. Já o acumulado deste ano foi de 3,7%, maior que o mesmo período do ano passado, que foi 2,8%.

O setor que mais empregou no município em agosto foi o de serviços, com 367 contratações. A construção civil, ficou em 2º lugar, com 151 vagas abertas. Já a indústria ficou em 3º lugar, com 52 contratações.

O secretário Gerson Ferreira ainda salienta que o saldo positivo de agosto foi impactado pelos even-

tos Feirão de Empregos e Encontro Mensal de Emprego que o município tem realizado para impulsionar o mercado de trabalho.

Com o saldo de agosto, Hortolândia ficou na 3ª posição do ranking mensal da RMC (Região Metropolitana de Campinas) de melhores saldos. Já no ranking geral deste ano, Hortolândia ocupa a 4ª posição, tendo subido seis lugares em relação ao ano passado, quando estava na 10ª posição.

Outro dado expressivo apontado pelo Caged é que as mulheres continuam a ser a grande força de trabalho no município. Do saldo de 588 empregos formais, 440 foram ocupados por mulheres e 118 por homens. Já por faixa etária, o maior número de admissões foi de trabalhadores de 40 a 49 anos.

Para o secretário Gerson Ferreira, o saldo de agosto demonstra a força e a movimentação do mercado de trabalho da cidade.



Direito Médico e da Saúde

Lanna Vaughan Romano

é advogada especialista em Direito Médico, Direito da Saúde, Direito da Farmácia e do Medicamento

e-mail: dra.lannaromano@gmail.com
Rede social- instagram: dra.lanna_vaughan

Quando o paciente abandona o tratamento: até onde vai a responsabilidade do médico?

Imagine um paciente que recebe um diagnóstico, é orientado sobre o tratamento e, posteriormente, decide interromper a medicação ou deixa de comparecer às consultas. Meses depois, retorna ao serviço de saúde com o quadro agravado. Nesse cenário, quem responde pelas consequências?

A resposta exige cautela.

O paciente possui autonomia para aceitar, recusar ou interromper um tratamento, desde que tenha recebido informações adequadas sobre sua condição clínica, os riscos envolvidos e as alternativas existentes. Ao mesmo tempo, o médico possui o dever de informar, orientar e registrar adequadamente a assistência prestada.

É justamente nessa fronteira entre autonomia do paciente e dever de cuidado do médico que surgem importantes questões jurídicas.

O simples fato de o paciente não seguir a orientação médica não significa, automaticamente, que o profissional esteja isento de responsabilidade. Da mesma forma, uma complicação decorrente da interrupção do tratamento não significa, por si só, que tenha ocorrido erro médico.

Cada situação deve ser analisada individualmente, considerando a conduta profissional, as informações fornecidas, o comportamento do paciente, o dano e o nexo causal.

Nesse contexto, o prontuário médico assume papel fundamental. É importante que nele estejam registrados o diagnóstico, a conduta indicada, os riscos explicados, as orientações fornecidas e, quando existente, a recusa ou interrupção do tratamento pelo paciente.

Uma anotação genérica como “paciente não aderiu ao tratamento” pode ser insuficiente. O registro deve permitir compreender o que foi explicado, quais riscos foram apresentados e quais decisões foram efetivamente tomadas.

Também é necessário compreender que a chamada “falta de adesão” pode

possuir diferentes causas. Dificuldades financeiras, efeitos adversos, problemas de acesso ao serviço, dificuldades de compreensão ou outras circunstâncias podem interferir na continuidade do tratamento.

Por isso, a relação médico-paciente não pode ser analisada apenas sob a perspectiva do resultado final.

A medicina não é uma garantia de resultado, e o médico não pode ser responsabilizado por todas as consequências decorrentes de uma decisão autônoma do paciente. Entretanto, também não pode deixar de cumprir seu dever de informação e cuidado.

A prevenção de conflitos começa durante o atendimento. Uma comunicação clara, aliada a um prontuário completo e fiel à realidade, protege tanto o paciente quanto o profissional.

No Direito Médico, documentar adequadamente não significa trabalhar pensando no processo judicial. Significa reconhecer que cada atendimento também possui uma dimensão jurídica.

Entre a autonomia do paciente e a responsabilidade do médico existe um espaço que precisa ser analisado com técnica, equilíbrio e atenção às circunstâncias de cada caso.

ILEGALIDADE APONTADA

Justiça rejeita ação de Paulínia sobre benefício fiscal concedido à Nova Fase

Sentença da 2ª Vara do município reconhece ilegalidade formal na redução do ISS concedida entre 2018 e 2020, mas afasta ressarcimento pela empresa, pelo ex-prefeito Dixon Carvalho e pelo ex-secretário Rui Rabelo por falta de prova de dolo



Justiça julgou improcedente pedido apresentado pela Prefeitura, empresa e ex-gestores

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Justiça julgou improcedente uma ação civil pública movida pela Prefeitura de Paulínia contra a empresa Nova Fase Instalações de Gás Ltda., o ex-prefeito Dixon Ronan Carvalho e o ex-secretário municipal de Desenvolvimento Econômico Rui Rabelo. O município busca o ressarcimento de valores relacionados a benefícios fiscais concedidos à empresa entre junho de 2018 e agosto de 2020. A sentença é da juíza Patrícia Ribeiro Bacciotti Parisi, da 2ª Vara de Paulínia.

A decisão reconheceu que houve ilegalidade formal na concessão da redução da alíquota do ISSQN, mas concluiu que não ficou comprovado dolo específico por parte dos agentes públicos envolvidos nem má-fé, fraude ou simulação da empresa beneficiada. Com isso, o pedido de ressarcimento apresentado pela administração municipal foi rejeitado.

O caso tem origem no Chamamento Público nº 08/2018, lançado pela Prefeitura em abril daquele ano. O edital previa incentivos fiscais a empresas interessadas em se instalar ou desenvolver atividades no município, incluindo isenção de IPTU e redução da alíquota do ISSQN de 5% para 2%, pelo período de dez anos. A Nova Fase e a empresa APC Renova Frota foram classificadas como vencedoras, mas, conforme os autos, apenas a Nova Fase chegou a usufruir efetivamente do benefício.

A concessão foi mantida entre 6 de junho de 2018 e 19 de agosto de 2020, quando acabou cancelada administrativamente. A Prefeitura alegou no processo que o benefício havia sido concedido de maneira irregular porque não existia estudo prévio de impacto orçamentário-financeiro e também faltava uma lei específica para autorizar a renúncia tributária. O município sustentou ain-

da que Dixon e Rui Rabelo teriam participado diretamente da concessão do incentivo e deveriam responder solidariamente pelo prejuízo.

Ao analisar o mérito, a juíza afirmou que as provas documentais demonstraram a ilegalidade formal da redução do ISS concedida à Nova Fase.

Segundo a decisão, a Constituição Federal exige lei específica para concessão de benefícios fiscais. A legislação municipal utilizada como fundamento, a Lei nº 2.880/2007, tratava principalmente da alienação de imóveis municipais por doação onerosa e previa incentivos fiscais de forma acessória. Para a magistrada, a norma não poderia servir, sozinha, como base para a redução tributária prevista no chamado orçamento público de 2018.

Concessão foi mantida entre 6 de junho de 2018 e 19 de agosto de 2020

A sentença também registra que, antes da publicação do edital, a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos já havia apontado problemas no procedimento. Entre eles estavam a falta de justificativa para os benefícios, ausência de critérios objetivos para escolha das empresas e inexistência de previsão orçamentária ou medidas de compensação relacionadas à renúncia de receita.

Em agosto de 2020, um parecer da Secretaria Municipal de Negócios da Receita reconheceu a ilegalidade e a inconstitucionalidade da forma como o incentivo havia sido concedido. Esse entendimento levou à revogação administrativa do benefício naquele mesmo mês.

Apesar disso, a juíza destacou que reconhecer a ilegalidade do ato administrativo não significa automaticamente que os envolvidos devam devolver dinheiro aos cofres

públicos. Para que houvesse responsabilização pessoal, seria necessário analisar a conduta individual de cada réu e comprovar a existência de dolo.

A decisão se apoiou em entendimentos do Supremo Tribunal Federal sobre a Lei de Improbidade Administrativa. Segundo a sentença, a responsabilização por dano ao erário, nas circunstâncias discutidas no processo, exige comprovação de dolo específico, ou seja, a demonstração de que o agente atuou de forma consciente e intencional para praticar o ato ilegal e causar prejuízo.

A magistrada destacou que mera negligência, imprudência, erro administrativo ou mesmo a simples ilegalidade do ato não são suficientes para gerar a obrigação de ressarcimento pessoal dentro desse tipo de demanda.

No caso da Nova Fase, a Justiça considerou que a empresa participou de um procedimento público e formal, submeteu-se à avaliação de uma comissão formada por representantes de quatro secretarias municipais e cumpriu as condições previstas no edital durante o período em que recebeu o benefício.

Segundo a sentença, não foram apresentadas provas de que a empresa tenha induzido a administração ao erro, participado de fraude, conluio ou simulação para conseguir a redução tributária.

A própria Prefeitura, em parecer produzido antes da ação, havia reconhecido que não era possível afirmar que a Nova Fase tivesse agido com dolo, fraude ou simulação. O documento municipal também registrou que a presunção de boa-fé deveria favorecer a empresa beneficiária.

Diante disso, a juíza reconheceu a boa-fé da Nova Fase e afastou a devolução dos valores correspondentes à redução do ISS usufruída entre junho de 2018 e agosto de 2020. O benefício permanece cancelado desde 2020.

Ex-prefeito também não é responsabilizado

Em relação a Dixon Ronan Carvalho, prefeito na época dos fatos, a sentença concluiu que sua atuação ocorreu na etapa final do procedimento, por meio da ratificação da concessão.

Segundo a magistrada, o processo havia passado anteriormente por análise técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e por avaliação jurídica. A sentença afirma que não há provas de que Dixon tenha determinado, direcionado ou influenciado a escolha da Nova Fase, nem indícios de que tenha obtido vantagem pessoal com a concessão.

A decisão considerou que o então prefeito atuou com base em uma lei municipal que estava vigente naquele momento e ainda não havia sido declarada inconstitucional, além de ter se apoiado em pareceres técnicos produzidos dentro da administração.

Sem prova de que Dixon tivesse conhecimento de que o benefício era ilegal e, ainda assim, tivesse decidido concedê-lo deliberadamente para provocar prejuízo ao município ou favorecer a empresa, a Justiça afastou sua responsabilização pessoal.

A atuação do então secretário de Desenvolvimento Econômico, Rui Rabelo, recebeu uma análise mais aprofundada na sentença.

A juíza destacou que ele foi diretamente responsável por responder aos questionamentos apresentados pela Secretaria de Negócios Jurídicos e decidiu pelo prosseguimento do procedimento que resultou no benefício fiscal.

Mesmo assim, a magistrada concluiu que os documentos não mostraram que Rui tenha simplesmente ignorado os apontamentos jurídicos. O edital passou a prever critérios objetivos para seleção das empresas e incluiu regras relacionadas ao estudo de impacto orçamentário para empresas já instaladas na cidade.

Após essas alterações, a própria Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos autorizou o prosseguimento do chamamento sem registrar nova objeção. Para a Justiça, a sequência dos documentos é mais compatível com uma decisão administrativa eventualmente equivocada ou tecnicamente insuficiente do que com

uma intenção deliberada de causar dano aos cofres municipais ou favorecer a empresa.

A sentença chega a registrar que a atuação do ex-secretário poderia, em tese, ser considerada culposa diante de eventual insuficiência técnica das providências adotadas. Porém, a modalidade culposa de improbidade foi retirada da legislação pela reforma promovida em 2021.

Como não foi comprovado dolo específico na conduta de Rui Rabelo, a Justiça também afastou sua obrigação pessoal de ressarcimento.

SENTENÇA NÃO IMPEDE NOVA APURAÇÃO

A magistrada deixou claro que a decisão trata exclusivamente do pedido de ressarcimento formulado pela Prefeitura dentro deste processo. Ela afirma que o resultado não impede eventual investigação própria do Ministério Público sobre possível ato de improbidade administrativa caso surjam novos elementos capazes de demonstrar dolo que não estavam presentes nos autos analisados pela 2ª Vara.

| Paulo Medina

CIDADE ECOLÓGICA

Série de ações ambientais destaca Mês da Árvore em Hortolândia

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Assuntos Climáticos realizou em setembro diversas ações de conscientização que levaram informações ambientais a diferentes regiões do município. Confira algumas das atividades do DEA (Departamento de Educação Ambiental) no Mês da Árvore em Hortolândia.

No dia 08/09, o diretor de Educação Ambiental, Ricardo Zanoni, participou do podcast “A Gestão da Água através do Tempo”, ao lado de alunos do 4º ano da Emef (Escola Municipal de Ensino Fundamental) Doutora Zilda Arns Neumann, no Jardim Stella. A iniciativa proporcionou uma oportunidade de diálogo e aprendizado sobre a importância da água, sua preservação e os desafios para garantir esse recurso essencial à vida, tendo Hor-

tolândia como referência.

No dia 14/09, a equipe do DEA realizou ação porta a porta em dois bairros, a Vila Santa Emília e a Vila Inema, abordando moradores. Durante a atividade, a equipe conversou com a comunidade sobre o descarte correto de resíduos sólidos, os impactos do descarte irregular e a responsabilidade de todos na preservação dos espaços públicos. Também foram mencionadas as ações de revitalização da área verde, que

incluem a retirada de algumas árvores e a futura implantação de uma pista de caminhada, para melhorar e valorizar o espaço para toda a comunidade.

Na quinta-feira 24/09, uma nova ação foi realizada no Jardim do Lago, com foco no descarte irregular de resíduos. A Prefeitura de Hortolândia recebe muitas reclamações da população sobre o problema, mesmo com a presença do Ponto de Entrega Voluntária (PEV) que atende o bairro.



Prefeitura realizou série de atividades de educação ambiental em setembro

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sumaré cria programa para ampliação do acolhimento de idosos vulneráveis

Nova lei autoriza administração municipal a credenciar instituições privadas, filantrópicas ou sem fins lucrativos de longa permanência e firmar convênios para atendimento de idosos em situação de abandono, risco pessoal ou familiar

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Sumaré passou a contar com novas regras para ampliar o acolhimento de idosos em situação de vulnerabilidade social. A Lei nº 7.722/2026 autoriza a Prefeitura a criar o Programa Municipal de Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos, as ILPIs.

A medida permite que o município credencie instituições privadas, filantrópicas ou sem fins lucrativos para prestar serviços de acolhimento institucional a idosos encaminhados pelo poder público.

De acordo com a lei, o programa terá como objetivo ampliar a rede disponível para pessoas idosas em situação de abandono, risco pessoal ou familiar e outras condições de vulnerabilidade social.

As instituições interessadas em participar precisarão cumprir uma série de exigências. Entre elas estão inscrição regular no



Instituições credenciadas ficarão sujeitas à fiscalização permanente da Prefeitura

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, alvará de funcionamento, licença sanitária vigente e cumprimento das normas da Anvisa.

Também será exigida a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários, comprovação de capa-

cidade técnica e operacional e manutenção de equipe multiprofissional compatível com a quantidade de idosos atendidos.

Outro requisito previsto é a elaboração de um plano individualizado de atendimento para cada acolhido, acompanhado de relatórios periódicos. As institui-

ções também deverão garantir acessibilidade, segurança e condições adequadas de higiene.

A lei estabelece que o credenciamento, por si só, não dará direito automático à contratação. A celebração de convênios ou outros instrumentos dependerá da necessidade da ad-

ministração municipal e da disponibilidade de recursos no orçamento.

O município poderá custear de forma total ou parcial as despesas relacionadas ao acolhimento dos idosos encaminhados pela Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social ou

pelo órgão responsável pela política pública destinada à população idosa.

As instituições credenciadas ficarão sujeitas à fiscalização permanente da Prefeitura, do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, da Vigilância Sanitária e de outros órgãos competentes.

Em caso de descumprimento das regras, a legislação prevê advertência, suspensão temporária do credenciamento, rescisão do convênio ou instrumento firmado.

A Prefeitura ainda deverá regulamentar pontos específicos do programa, entre eles os critérios complementares para o credenciamento, o valor a ser repassado por idoso atendido, os procedimentos de fiscalização e prestação de contas e as regras para triagem e encaminhamento.

A nova legislação é de autoria do vereador Geraldo Medeiros e de demais vereadores da Câmara. A norma entrou em vigor.

OUTUBRO

Jogos Escolares têm cronograma definido por polos e categorias



Estão previstas disputas das categorias Sub-12, Sub-14 e Sub-17

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Secretaria Municipal de Educação de Sumaré, por meio do Desporto Escolar, definiu o cronograma dos Jogos Escolares Municipais (JEM) 2026. As disputas serão organizadas por polos, escolas-sede, categorias e naipes masculino e feminino, com partidas previstas entre os dias 19 e 27 de outubro.

Na categoria Sub-11, as equipes serão distribuídas entre os polos Matão, Dall'orto, Nova Veneza,

Centro e Nova Veneza/Picerno. No masculino, as disputas acontecem entre os dias 19 e 22 de outubro. No feminino, as partidas estão programadas entre os dias 19 e 21 de outubro. As escolas-sede serão, respectivamente, EMEF Profª Nilza Thomazini, EME André Denadai (CAIC), EMEF Ramona C. Pinto, EMEF Antonio Palioto e EMEF Antonietta Cia Viel.

Estão previstas ainda as disputas das categorias Sub-12, Sub-14 e Sub-17, reunindo equipes de diferentes unidades da rede muni-

cipal. As partidas das categorias Sub-14 e Sub-17 terão como sede a EM José de Anchieta. No masculino, os jogos ocorrem nos dias 22 e 23 de outubro; no feminino, nos dias 20 e 21. Já a categoria Sub-12 será disputada nos dias 27 de outubro, no masculino, e 26 de outubro, no feminino.

As escolas participantes já receberam o regulamento dos Jogos, as autorizações destinadas aos responsáveis pelos estudantes e a relação nominal dos atletas integrantes dos times.



ALMANAQUE SERTANEJO

Diego Vivan
e-mail: diego.vivan@gmail.com

Vinicius Pardini ganha destaque com audiovisual gravado em sua cidade natal

Gravado em Clementina, cidade do interior do Estado de São Paulo, “Vinicius Pardini nus BUTECO” é o novo audiovisual do cantor e compositor Vinicius Pardini. O projeto, que contou com 11 músicas, teve as participações da dupla Lucas & Rodrigo, da cantora Allana Macedo e do DJ Rick Rastro. A produção musical foi de Willer Patrick e a direção de vídeo de Reinaldo Teixeira. Gravado aberto ao público em Clementina, município onde Vinicius Pardini nasceu, o trabalho está sendo lançado aos poucos com direcionamento junto da Reduzino Produções.

Composição de Vinicius Pardini, Allana Macedo, Thamer Maciel e Gaby Pardini, “Imagina eu e tu” foi o primeiro single divulgado do audiovisual. A música tem se destacado nas principais plataformas de distribuição digital, tendo alcançado mais de 16 mil reproduções no áudio oficial, atingido o top 200 do TikTok. Recentemente o artista também divulgou “Mais uma vez”. Vale lembrar que das 11 faixas gravadas, sete são regravações, três inéditas e um remix.

Vinicius Pardini ficou nacionalmente conhecido em 2024 ao gravar a música

“Alecrim dourado” com a participação da dupla Day & Lara. Em 2025, gravou o DVD “After do VP” na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Com um repertório de 19 faixas, sendo quatro delas inéditas e 15 regravações, o trabalho trouxe a energia e autenticidade de Vinicius Pardini.

Neste projeto, o cantor reforça sua conexão com o Norte e Nordeste, escolhendo o Estado do Ceará para a gravação deste DVD, por ser a terra de grande parte de onde sua família nasceu, especialmente seus avós, além do carinho que o público cearense tem pelo seu trabalho. Sua família materna é de Juazeiro do Norte e Crato, ambas cidades do Estado do Ceará, e de Bodoquê, do Estado de Pernambuco. Já a sua família paterna é de Brejo Santo, cidade também do Ceará, além do interior do Estado de São Paulo.

VINICIUS PARDINI

Vinicius Pardini é do interior do estado de São Paulo, nascido e criado na região noroeste, na cidade de Clemen-



tina. Atualmente, mora em Goiânia/GO e desde muito novo é apaixonado por música, principalmente, a sertaneja e forró a qual ele sempre se inspirou em nomes como Zezé di Camargo & Luciano e Leonardo.

Sua carreira musical começou

muito cedo quando iniciou aulas de canto em 2011 em Araçatuba, uma cidade próxima de onde nasceu também no interior de São Paulo, e de lá não parou mais. Da turma de coral onde aplicava os conhecimentos das aulas, Vinicius logo começou a cantar em uma banda formada por amigos que tinham praticamente a mesma idade que a sua.

Dessa banda e dos primeiros passos que deu em barzinhos próximos ao local onde vivia, ele aflorou ainda mais o sentimento pela música e por cantar. Depois de crescer bastante na região de Araçatuba, Vinicius despontou em outras regiões como no norte do Brasil principalmente no Estado do Tocantins e almeja voos maiores no cenário da música sertaneja nacional, assim como seu grande ídolo Gustavo Lima conseguiu.

DECISÃO NAS URNAS

Eleitores escolhem representantes e esperam respostas a partir de 2027

Moradores de Americana, Hortolândia, Sumaré, Paulínia, Nova Odessa e Monte Mor vão às urnas para escolher deputados, senadores, governador e presidente; saúde, segurança, emprego e custo de vida estão entre as principais expectativas

Paulo Medina • REGIÃO
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Eleitores de Americana, Hortolândia, Sumaré, Paulínia, Nova Odessa e Monte Mor vão às urnas neste domingo (4) para escolher os representantes que ocuparão os principais cargos políticos do país e do Estado pelos próximos quatro anos. Em meio às decisões sobre deputados, senadores, governador e presidente da República, moradores da região esperam que os eleitos transformem as promessas apresentadas durante a campanha em melhorias que possam ser percebidas no dia a dia da população.

O primeiro turno das Eleições 2026 ocorre em todo o país. A votação começa às 8h e segue até as 17h, pelo horário de Brasília. Na urna, o eleitor fará seis escolhas: deputado federal, deputado estadual, dois senadores, governador e presidente da República.

Na região, a expectativa em relação aos futuros representantes passa principalmente por áreas que interferem diretamente na



Votação começa às 8h e segue até as 17h, pelo horário de Brasília

rotina das cidades. Saúde pública, segurança, geração de empregos, educação, transporte, infraestrutura e custo de vida aparecem entre os temas apontados por moradores ouvidos pela reportagem.

Para Raquel Lima, de 39 anos, de Americana, os novos deputados precisam estar mais próximos das cidades e conhecer os problemas enfrentados pela população.

“Essa proximidade e saber as necessidades de saúde e segurança é o que espero realmente”, afirmou.

A cobrança também envolve a capacidade dos parlamentares de representar as demandas dos municípios em São Paulo e Brasília. Deputados estaduais atuarão na Assembleia Legislativa do Estado, enquanto os federais ocuparão cadeiras na Câmara dos Deputados. Entre suas

funções estão a elaboração de leis e a fiscalização dos respectivos Poderes Executivos, além do envio de emendas.

Em Hortolândia, Vladimir Ferreira Souza, espera que os escolhidos nas urnas mantenham atenção para áreas consideradas essenciais.

“Educação e melhores empregos é o que desejo e cobro que tenhamos”, disse.

Para outros eleitores, a expectativa está concentrada no próximo governador de São Paulo.

Moradora de Sumaré, Tereza dos Santos, afirma que gostaria de ver uma presença maior do governo estadual nas cidades da região.

O governador eleito comandará o Executivo paulista pelos próximos quatro anos e terá sob sua responsabilidade políticas estaduais que alcançam di-

retamente os municípios, entre elas ações relacionadas à segurança pública, educação, infraestrutura e saúde.

Já em Paulínia, Cristiane Assis aponta a economia como uma das principais preocupações para o próximo presidente.

“Precisamos de mais empregos e que caia o custo de vida da população”, afirmou.

A eleição deste domingo define diretamente deputados estaduais, deputados federais e senadores. Nas disputas para presidente da República e governador, caso nenhum candidato alcance a votação necessária para vencer no primeiro turno, os dois mais votados seguem para uma nova votação em 25 de outubro.

Para os moradores da região, porém, a expectativa vai além dos nomes escolhidos. Depois de meses de campanha, propostas e pedidos de voto, começa a cobrança para que aqueles que receberam a confiança dos eleitores mantenham atenção às necessidades dos municípios e entreguem resultados ao longo dos próximos quatro anos.



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

Cuida de um familiar e parou de trabalhar?

Entenda os impactos na aposentadoria

Deixar o trabalho para cuidar de um familiar é uma realidade para muitas pessoas, especialmente quando há uma pessoa com deficiência, doença ou necessidade de acompanhamento constante. Apesar da importância desse cuidado, a interrupção da atividade profissional pode trazer consequências previdenciárias.

O trabalho de cuidado não remunera, por si só, não gera filiação obrigatória ao INSS. Assim, quando a pessoa deixa de trabalhar, continua protegida por determinado período graças ao chamado período de graça, mas posteriormente pode perder a qualidade de segurado caso não volte a contribuir.

PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Uma das alternativas é contribuir como segurado facultativo. Existem diferentes modalidades, com alíquotas de 20%, 11% e 5%, esta última destinada ao segurado facultativo de baixa renda que cumpra os requisitos legais, inclusive inscrição e regularidade no CadÚnico.

É importante escolher a modalidade adequada, pois cada uma possui regras e limitações diferentes. Além disso, o segurado facultativo possui, em regra, seis meses de período de graça, e não os 12 meses aplicáveis a determinadas situações de quem exercia atividade remunerada.

A FALTA DE CONTRIBUIÇÕES PODE AFETAR A APOSENTADORIA?

Sim. Os períodos sem contribuição não são contabilizados automaticamente como tempo de contribuição e podem atrasar a aposentadoria.

Além disso, o histórico de contribuições pode influenciar o cálculo do benefício, tanto em relação à média dos salários quanto ao percentual aplicado sobre ela.

Por isso, simplesmente deixar de contribuir por alguns anos pode gerar impactos que só serão percebidos no momento da aposentadoria.

EXISTEM ALTERNATIVAS ANTES DE SAIR DO EMPREGO?

Antes de pedir demissão, é importante verificar se existe alguma possibilidade de redução de jornada, trabalho remoto, licença ou outra forma de manter o vínculo profissional. Para servidores públicos, existem regras específicas para situações envolvendo dependentes com deficiência e familiares doentes, que podem permitir horário especial ou determinadas licenças, conforme o regime jurídico aplicável.

PLANEJAMENTO PODE EVITAR PREJUÍZOS

Quem precisa deixar ou reduzir o trabalho para cuidar de um familiar deve analisar previamente seu histórico no CNIS, o período de graça, as possibilidades de contribuição facultativa e os efeitos sobre a futura aposentadoria e outros benefícios previdenciários.

Cada situação deve ser analisada individualmente. Antes de interromper as contribuições, fazer um planejamento previdenciário pode evitar a perda de proteção e problemas no futuro.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

APROVAÇÃO

TCE emite parecer favorável às contas de 2024 de Chico Sardelli



Chico afirma gastar o planejado, fazendo os investimentos necessários na cidade

Da Redação • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) emitiu parecer favorável à aprovação das contas anuais da Prefeitura de Americana, referente ao exercício de 2024, pelo cumprimento dos principais índices legais e constitucionais. Este é o quarto ano consecutivo que a gestão do prefeito Chico Sardelli obtém a aprovação de suas contas anuais junto ao TCE-SP.

Na aprovação das contas de 2024, foram objeto de análise pelo Tribunal o cumprimento dos limites constitucionais na Educação, em que Americana investiu 25,44% do orçamento, enquanto o previsto na Constituição é 25%; na saúde, em que foram investidos 27,83%, enquanto a exigência é de 15%; nos gastos com folha de pagamen-

to, que ficaram na casa de 39,79%, sendo que o limite da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é de 54%; entre outros aspectos.

As transferências de recursos ao Poder Legislativo, a remuneração dos agentes políticos, o pagamento de precatórios e dos encargos sociais apresentaram resultado regular, de acordo com a decisão da Segunda Câmara, que emitiu o parecer favorável às contas do Município.

“A aprovação das contas da Prefeitura demonstra que estamos no caminho certo, mantendo as despesas sob controle, atentos à captação das receitas próprias e à busca de receitas de convênios e de transferências voluntárias, gastando de acordo com o planejado, fazendo os investimentos necessários. Nosso objetivo é realizar ações que melhoram a qualidade de vida da população com

responsabilidade, sempre de olho na saúde financeira do Município”, disse o prefeito Chico Sardelli.

“O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo é o órgão fiscalizador externo que analisa a saúde fiscal e financeira dos municípios. São requisitos básicos o cumprimento dos limites constitucionais que comprovam que os percentuais mínimos obrigatórios de investimento em áreas essenciais, como educação e saúde, foram devidamente respeitados. Bem como o efetivo controle de gastos com pessoal, observados os limites legais permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ter a aprovação das contas de 2024 indica que a Administração do prefeito Chico Sardelli preza pelas boas práticas de gestão fiscal e financeira em seu governo”, acrescentou a secretária de Fazenda, Simone Inácio de França Bruno.

No Sarau realizado na última sexta-feira, dia 25, no Centro de Memória “Thomaz Didona”, que marcou a histórica criação do CENTRO DE EXPOSIÇÕES CULTURAIS DE SUMARÉ, pela Diretoria da Associação Pró-Memória de Sumaré, Luís Carlos Gonçalves, que comandou o Cerimonial desse evento, iniciou sua fala com estes versos de sua autoria:

Venho aqui com humildade
este tema levantar.
O passado é relevante,
você parou pra pensar?
Pois é disso que se trata:
Memória preservar.

Se a história tá longe,
por que vai se interessar?
Da lembrança, a importância,
o museu vai explicar.
É de se surpreender
ao vir a este lugar.

Memória é mais que minha,
coletivo resultar.
Faz a minha identidade,
cultura a vivenciar.
Também dos outros à volta,
conduta a explicitar.

Até a humana maldade
é preciso se encarar.
Saber do que foi mal feito,
pros erros não se reprimir.
Pra aquilo que foi bem feito,
necessário exaltar.

O local é mais que um prédio,
vidas a testemunhar.
E o apagamento histórico,
a todo custo evitar.
As vozes silenciadas
vêm até aqui nos falar.

Museu guarda patrimônio,
não tem como valorar.
Seja mais um nesse time
a saber valorizar.
Leve adiante esta ideia,
pra mais gente conquistar.

Na sequência, Luís Carlos pronunciou estas palavras, antes de passar a fala ao presidente da entidade, Carlos Alberto Sobral Ferreira:

Se as paredes deste prédio pudessem falar, elas cochichariam histórias de passos apressados de quem vinha pegar o trem, do cheiro de café fresco e do som de risadas que o tempo não apagou. Olhar para uma foto antiga da nossa cidade ou tocar em um objeto que sobreviveu as décadas é um encontro. É perceber que as ruas onde caminhamos hoje foram desenhadas pelos sonhos de pessoas que, assim como nós, amavam este lugar.

AUTOR DO TEXTO



Luis Carlos Gonçalves

Poeta, escritor, colaborador da Associação Pró-Memória de Sumaré, graduado em Filosofia e Letras

O Guardião da Memória



Foto do Sarau



Adrielle Alloy (ex-funcionária da Pró-Memória) e Giselle Alvares (representante do Shopping ParkCity)



Carlos Alberto Sobral, Francisco Antônio de Toledo e José Carlos Pedroni

Associação Pró-Memória de Sumaré

Temos um acervo de aproximadamente 250.000 e documentos e 150.000 fotos. Se tiver interesse em preservar as fotos de sua família ou publicá-las, dirija-se ao Centro de Memória. Estudantes, professores, pesquisadores e população em geral são sempre bem-vindos. A Associação Pró-Memória é uma entidade particular, sem fins lucrativos. Se você quiser ajudá-la a se manter ou ampliar suas atividades, torne-se um sócio. Custa R\$ 30,00 por mês. Por conta disso, você recebe todas as publicações semanais da Pró-Memória.















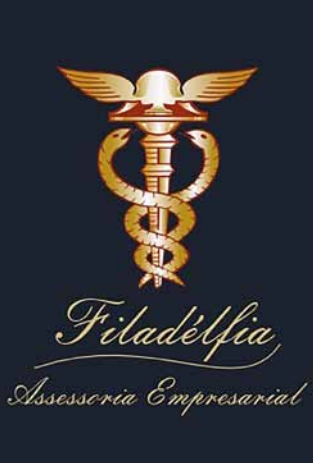












TROFÉU FUFO



Este é um dos prêmios instituídos no Município que mais obteve sucesso, desde sua instituição feita pela Acias (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Sumaré) quer seja pela sua honestidade de propósitos ou pelos resultados das pesquisas. Nessa foto em que a cerimônia ocorreu no Restaurante Milenita, aparecem Julieta Maluf, Rose Marie Gebara Maluf, Enio de Mello Rodrigues, Nestor Geraldo Duarte, Cesarino de Carvalho Jr., José De Nadai Filho e Oswaldo David Ferraz, que foi o “mestre de cerimônias”.

CELEBRAÇÃO À VIDA



Um encontro em família comemorou 100 anos de vida de dona Gina Zagui, mãe do saudoso barbeiro Mauro Zagui, viúva do popular Joanin Zagui. Ela residia com a família na esquina da Avenida Sete de Setembro e com a rua Antônio Jorge Chebabi, onde também funcionava a barbearia. Na foto, aparecem Dona Gina, Mauro e a esposa, Juliano Camargo (o neto, mais tarde Vice-Prefeito) com a esposa Tatiana Cia Camargo e a mãe Sueli Dall’Orto Camargo.

REFORMA AGRÁRIA



Este foi o título de uma das fotografias que na década de 1990, participaram de um concurso municipal. Essa foto, que tem um enquadramento perfeito e bastante provocador, haja vista a árvore seca (uma suposta referência ao fracasso do trabalho governamental nessa área?) é do funcionário municipal aposentado Leonardo Dias Porto Jr.

COPA DO MUNDO DE 1966



O Brasil tinha se sagrado Bicampeão Mundial de Futebol no Chile, em 1962. Era o favorito para a Copa da Inglaterra, em 1966. Como não havia transmissão direta dos jogos pela TV, os amigos do Hotel Máximo Biondo e Bar Avenida, comandados por Joval Castralli (Juba) e Clodoaldo Gomes Barroca (Clôdo), resolveram construir um Placar Eletrônico, em plena Praça da República. Receberam apoio da Prefeitura e saiu essa obra, vista na foto. Só que não adiantou nada: o Brasil foi eliminado na primeira fase. Perdeu de 3x1 para a Hungria (o placar da foto é só uma ironia !). Resumo: o placar não foi utilizado.

AMIGOS DE SUMARÉ

Thomaz Didona, Eugênio Graupner e José Biancalana estão nesta foto da década de 1950.

Thomaz Didona foi industrial, vereador e funcionário público municipal. Eugênio Graupner foi fiscal da Prefeitura Municipal de Campinas, quando Sumaré era distrito daquela localidade. José Biancalana foi vereador. Eram três pessoas muito populares e respeitadas na comunidade.



DONA NHÃNHAN



Na década de 1970 a dona Antônia Martins, a popular Nhãnhã, foi homenageada pelo Poder Público quando se aposentou como inspetora de alunos do antigo Ginásio Estadual de Sumaré, hoje Escola Estadual Dom Jayme de Barros Câmara. Na foto estão Antônia Martins, Wilson Biondi, o ex-prefeito Aristides Moranza e sua esposa, Dona Clara Andrade Moranza.

AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista

Revolução de 1932 (II)

A ponte que não foi explodida



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Ponte ferroviária de Elias Fausto

Antes da Revolução Constitucionalista de 1932, a região de Elias Fausto já possuía grande importância para o transporte e a integração econômica do interior paulista. Na época, Elias Fausto ainda era distrito de Monte Mor e beneficiava-se da proximidade com importantes vias de comunicação da região. A antiga Estrada de Ferro Ituana, criada no século XIX para ligar importantes centros produtores do interior, e posteriormente incorporada à Estrada de Ferro Sorocabana, contribuiu para o desenvolvimento econômico local. Além da ferrovia, as estradas e pontes da região eram fundamentais para o escoamento da produção agrícola e para a ligação entre os municípios, tornando a área um ponto estratégico durante os acontecimentos da Revolução Constitucionalista.

Nesse contexto, a ponte de Elias Fausto tornou-se um ponto de grande importância militar. Localizada sobre o rio Capivari, ela servia como ligação entre áreas estratégicas utilizadas para o deslo-

camento de tropas, armamentos e suprimentos. Como ocorria em vários pontos do estado, os revolucionários paulistas adotaram medidas para dificultar o avanço das forças federais enviadas pelo governo. En-

tre essas estratégias estava a destruição de pontes e vias de transporte consideradas essenciais para a movimentação do inimigo.

A ponte de Elias Fausto estava entre as estruturas que deveriam ser destruí-

das. O plano consistia em explodi-la com dinamite, impedindo ou atrasando a chegada das tropas federais à região. A medida poderia representar uma vantagem tática importante para os combatentes constitucionistas, já que a interrupção das rotas de acesso era uma das formas mais eficazes de retardar operações militares. Entretanto, apesar dos preparativos realizados, a destruição da ponte não aconteceu.

Existem relatos históricos e memórias preservadas pela população local que afirmam que a ordem para a explosão foi suspensa. Um dos motivos apontados seria a preocupação com os impactos que a destruição causaria à população da região. A ponte era utilizada diariamente pelos moradores para transporte, comércio e comunicação entre as localidades vizinhas. Sua perda poderia trazer sérias dificuldades para a vida da comunidade, mesmo em meio ao cenário de guerra. Dessa forma, optou-se por preservar a estrutura.

Com o fim da Revolução Constitucionalista, a ponte permaneceu intacta e continuou cumprindo sua função de ligação entre diferentes pontos do município. Ao longo dos anos, ela deixou de representar apenas um elemento da infraestrutura local para se transformar

em um símbolo histórico. Sua preservação passou a ser associada tanto à estratégia militar adotada pelos paulistas quanto ao cuidado em evitar prejuízos permanentes à população civil.

Atualmente, a ponte é lembrada como parte do patrimônio histórico de Elias Fausto e da memória da Revolução de 1932. O episódio demonstra como decisões tomadas em períodos de conflito podem envolver não apenas interesses militares, mas também preocupações sociais e humanas. Além disso, a história da ponte integra o conjunto de lembranças preservadas pelo interior paulista, ao lado de trincheiras, monumentos e outros locais que testemunharam os acontecimentos daquela revolução.

Assim, a ponte de Elias Fausto permanece como um importante marco da história regional. Mais do que uma simples construção sobre o rio Capivari, ela representa a resistência paulista, o contexto da luta constitucionalista e a preservação da memória de um dos momentos mais significativos da história de São Paulo. Sua permanência ao longo das décadas permite que as novas gerações conheçam e reflitam sobre os desafios, os ideais e os acontecimentos que marcaram a Revolução Constitucionalista de 1932.

ANTÔNIO GERALDO MALAQUIAS



Antônio, mais conhecido como Geraldo Pa-deiro, nasceu em 30 de outubro de 1931. Era filho de José Malaquias do Amaral e Benedicta Pascua Íscaro. Casou-se com Ana Arina Malaquias, com quem teve os filhos Elke, Carlos, Sandra, Fátima, Vânia e Cenira. Durante muitos anos, residiu em Monte Mor, onde se destacou como comerciante e proprietário de uma próspera padaria, responsável por abastecer grande parte da população montemorense. Em seus tempos áureos, o pão era entregue diretamente nas residências. Ainda de madrugada, Geraldo percorria a cidade em sua Kombi, distribuindo os pães aos fregueses que, por costume, deixavam uma bolsa ou sacola pendurada à porta para recebê-los. Pessoa de temperamento alegre e grande amigo de todos, Geraldo era apaixonado por música. Tocava violão e, frequentemente, ao lado de seu amigo Antônio Caçador, animava festas, bailes e encontros realizados tanto na cidade quanto nos sítios e fazendas da região. Faleceu em 24 de julho de 2015, na cidade de Itapeva.

ÁUREO QUITZAU



Áureo nasceu em Monte Mor no dia 23 de fevereiro de 1941, filho de Bertholdo Quitzau e Luzia Wolke Quitzau. Viveu toda a sua vida no Sítio Três Figueiras, localizado no bairro Rio Acima, propriedade pertencente à sua família. Homem simples, de caráter íntegro e comportamento sereno, conquistou o respeito e a amizade de todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo. Sua partida deixou profundas saudades entre familiares, amigos e demais pessoas de seu convívio. Faleceu em 4 de maio de 2016 e encontra-se sepultado no Cemitério Municipal de Monte Mor.

ANA IORGACIOF SIQUEIRA



Ana nasceu em Monte Mor, em 28 de fevereiro de 1944, filha de João Iorgaciof e Ana Iorgaciof. Casou-se com Orlando Afonso Siqueira, com quem teve três filhos: José Orlando, Rosana e Rafael. Funcionária pública dedicada, Ana atuou em escolas de Monte Mor, onde conquistou a admiração, o respeito e o carinho de colegas, alunos e da comunidade. Sua trajetória foi marcada pelo compromisso com a educação e pelo exemplo de dedicação ao serviço público. Faleceu em 11 de julho de 2016, aos 72 anos. Seu legado permanece vivo na memória de familiares, amigos e de todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com ela. Está sepultada no Cemitério Municipal de Monte Mor.

MINA DE OURO



Essa pequena construção localizada em uma fazenda de Monte Mor possuía, em seu interior, dois pequenos túneis dos quais brotavam filetes de água. Segundo relatos orais, ao lado desses túneis existiram duas galerias maiores, que teriam sido escavadas com o objetivo de explorar possíveis jazidas de ouro. No entanto, não há registros históricos ou documentais que comprovem a descoberta ou a extração desse metal na região. A hipótese mais aceita é que, no local, tenham sido encontradas algumas pepitas de pirita, mineral conhecido por seu brilho metálico e coloração amarelada, características que o tornam semelhante ao ouro. Por essa razão, a pirita é popularmente chamada de “ouro dos tolos” por frequentemente ter sido confundida com o metal precioso.